

SBS - XII Congresso Brasileiro de Sociologia

GT 19 Sociedade da Informação
Conhecimentos e Inovação Social: redes e integração regional

Maíra Baumgarten

Conhecimentos e Inovação Social: redes e integração regional

Maíra Baumgarten*

Resumo

O padrão de relações internacionais desse início de século – globalização da economia, exigência de maior competitividade e utilização intensiva de conhecimento na produção de bens e serviços – coloca novos desafios à análise dos vínculos entre produção e usos de ciência e tecnologia, por um lado e o processo de desenvolvimento econômico e social, por outro lado. Crescentemente vem assumindo importância o desenvolvimento e a divulgação de estudos que possibilitem ampliar o conhecimento sobre as atividades científicas e tecnológicas e as possibilidades de integração entre universidades, programas de pós-graduação, grupos, em nível internacional, nacional e local. Parte-se da perspectiva que os resultados da produção científica e tecnológica são instrumentos essenciais para o desenvolvimento econômico e social, e para melhorar as condições de inserção do país no cenário internacional de economia mundializada, tendo presente a característica de Estados Nacionais periféricos dos países da América Latina. A finalidade desse trabalho é debater sobre a necessidade e as possibilidades de promover a integração entre universidades e instituições de pesquisa na América Latina, através da criação de redes de produção de conhecimento e de inovação social.

Palavras chave: Conhecimento, inovação social, redes, ciência e tecnologia, integração regional

Introdução

No decorrer da segunda metade do século XX, o conhecimento científico passou a constituir-se em elemento decisivo no processo de construção da sociedade capitalista.

Esse trabalho tem como ponto de partida o cenário pleno de desafios do século que ora tem início, propondo refletir sobre a articulação entre produção de conhecimento, seu *locus* privilegiado – a universidade – e a inovação social, vistos como meios para a sustentabilidade. Inicialmente é traçado em breves linhas, o cenário atual da produção do conhecimento e suas vinculações com a nova ordem mundial e sustentabilidade; analisando-se, a seguir, algumas relações entre C&T, competitividade e inovação social na América Latina; e, por fim, são levantadas questões sobre os movimentos de integração dos sistemas educacionais dos países da periferia e semi-periferia mundial e suas potencialidades como instrumento para responder aos desafios colocados pelas

* Doutora em Sociologia, Professora adjunta do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). mayrab@terra.com.br

novas formas assumidas pelo desenvolvimento capitalista em nível global, fortemente relacionadas à produção de conhecimento.

1. Produção e usos do conhecimento e a nova ordem mundial

As últimas décadas do século XX caracterizaram-se por mudanças significativas nas formas de produção e acumulação capitalista. Ao final da década de 1960, a profunda crise do modelo de acumulação capitalista, até então vigente, levou a um re-ordenamento das formas de organização do capital. A resposta à crise de acumulação dos anos 1970 baseou-se em duas estratégias: a) a expansão do sistema; e b) a produção de bens de tipo radicalmente novo (Jameson, 1999).

A primeira estratégia diz respeito à chamada globalização¹ (Chesnais, 1996; Scherer, 2002), que pode ser traduzida por financeirização acelerada e crescente da economia mundial.

A segunda estratégia de resposta à crise, a produção de tipos radicalmente novos de bens, apóia-se no recurso a inovações e em “revoluções” na tecnologia. Uma intensidade maior no uso de informação e de conhecimento nos processos de produção, de comercialização e de consumo de bens e serviços, assim como, na cooperação e competição entre agentes, e na circulação e valorização do capital, leva a novas práticas nesses processos. As tecnologias de informação e de comunicação apresentam-se, portanto, como elementos centrais na nova dinâmica técnico-econômica (Castells, 2000; Jameson, 1999).

Novos saberes e competências, aparatos e instrumentos tecnológicos, produzem tipos novos de bens², viabilizando a abertura de espaços de atuação e mercados, encolhendo o globo³ e reorganizando o capitalismo em uma escala diferente e ampliada (Jameson, 1999; Lastres & Albagli, 1999).

¹ Alguns autores (Chesnais, 1995; Wallerstein, 2001) optam, a partir de uma perspectiva histórica, por trabalhar com a idéia de mundialização. Wallerstein trabalha com a noção de economia capitalista mundial (sistema mundial moderno) e Chesnais com a idéia de mundialização do capital, pois para ele o conteúdo efetivo da globalização é dado pela mundialização das operações do capital em suas formas industriais e financeiras.

² Novos materiais, transgênicos, nanoinstrumentos, info-vias, robôs, entre outros.

³ Através das modernas tecnologias de informação e comunicação, que *anulam o espaço através do tempo* (Harvey, 1993). Para Santos (1994) a informação passa a ser o verdadeiro instrumento de união entre as distintas partes de um território, gerando implicações políticas de variadas ordens. Cria-se, assim, o que Castells (2000) denomina de *o espaço dos fluxos*, que tende a sobrepor-se ao *espaço dos lugares*.

Ciência e tecnologia que, em estreita vinculação, já desempenhavam papel estratégico como força produtiva, dão lugar à tecnociência – um sistema de ações eficientes, baseadas em conhecimento científico. Essas ações se orientam tanto para a natureza quanto para a sociedade, visando transformar o mundo, para além de descrever, prever, explicar, compreender. A tecnociência implica a empresarialização da atividade científica e, sendo um fator relevante de inovação e de desenvolvimento econômico, passa a ser também um poder dominante na sociedade, tendendo, sua prática, ao segredo e à privatização (Echeverría, 2003).

Objeto de apropriação privada⁴, a tecnociência⁵ transmuta-se em mercadoria de alto valor, progressivamente inserida no cotidiano das sociedades, em sua estrutura de poder e em suas matrizes simbólicas e culturais (Albagli, 1999) e insere-se em novas formas de produção e acumulação configurando a chamada sociedade do conhecimento⁶.

Uma outra forma de relação entre economia, Estado e sociedade emerge das estratégias de resposta à crise sintetizadas na financeirização da economia, no fortalecimento dos mercados, frente aos Estados e na utilização intensiva de conhecimento e informação. Nesse novo contexto, alteram-se radicalmente as condições de existência de parcelas significativas de populações tanto nos centros capitalistas do Norte, quanto nos países periféricos do Sul⁷.

A reforma do Estado com a exclusão da arena política dos interesses desafinados com a perseguição do lucro máximo e a concomitante privatização da esfera pública, resultam em crescente e generalizada dissociação entre Estado e sociedade civil. A crise dos sistemas políticos e o incremento das desigualdades sociais e econômicas através dos mecanismos de seleção e fragmentação, têm originado, através do mundo, tendências de re-

⁴ Albagli (1999) aponta a existência de uma simbiose entre ciência, tecnologia e poder (econômico e político), a partir da qual o progresso científico-tecnológico é incorporado ao domínio da esfera pública e em que os novos conhecimentos científicos e tecnológicos passam a ser objetos de crescente privatização pelos agentes econômicos. As questões referentes à propriedade intelectual, patentes, apropriação por empresas transnacionais de plantas e micro organismos, têm sido objeto de acirrado debate. Para esse assunto ver ainda: Santos, 2000; Carvalho, 2000.

⁵ Para o debate sobre tecnociência ver: Araújo (1998); Santos (1998).

⁶ Há uma certa controvérsia quanto, a ser ou não adequado, o termo sociedade do conhecimento para definir a sociedade atual pois, segundo alguns autores, o que surge como sua característica mais destacada é, antes, a informação e seus diferentes fluxos do que conhecimento. Para diversas posições sobre o assunto ver: Castells, 2000, vol. I; Lastres e Albagli, 1999; Baumgarten, 2001.

⁷ Tomando-se, por exemplo, a América Latina, na década de oitenta, o Produto Interno Bruto aumentou 13%, enquanto a taxa de desemprego urbano subiu para algo em torno de 30% (Beinstein, 2001).

agrupação das populações em torno de identidades primárias religiosas, étnicas, territoriais (Wallerstein, 2001). O local/regional contrapõe-se ao global, que se reafirma através da mídia que, por sua vez, encurta as distâncias, transforma o tempo e (des) orienta comportamentos, impondo padrões de pensamento e de consumo⁸.

A concepção de mundo hegemônica da sociedade contemporânea resulta do enfrentamento entre valores em um campo de conflitos no qual aqueles critérios ligados à dignidade humana e à preservação da natureza vêm sendo rejeitados, vistos como freios ao progresso, dada a sua incompatibilidade com a busca do lucro máximo.

Acredita-se que o progresso dessa “nova ordem mundial” com seu corolário de desigualdade e de destruição sistemática da natureza e dos laços de solidariedade inter-humana não é uma realidade inexorável, ao contrário, as próprias virtualidades críticas contidas no conhecimento científico permitem, não só desvelar as potencialidades sombrias da realidade, como também entrever outras possibilidades. Frente às inúmeras alternativas futuras contidas no presente, impõe-se pensar estrategicamente maneiras de viver sustentáveis. Com essa idéia torna-se possível voltar ao problema específico da relação entre conhecimento científico e sustentabilidade e sua situação no contexto latinoamericano.

A análise da relação entre desenvolvimento econômico capitalista e sustentabilidade social e natural, no terço final do século XX, indica enormes contradições, tanto em termos de diferenças entre o discurso e a prática do Estado, quanto relativamente à própria ação dos vários atores sociais envolvidos. Os rumos do desenvolvimento capitalista no mundo e, também na América latina não parecem estar se orientando no sentido de uma nova consciência planetária e de ações visando a sustentabilidade, e sim, ao contrário, para a resolução dos problemas imediatos de ajuste da economia e interesses das nações hegemônicas (Fiori, 2003; Dupas, 2000; Bursztyn, 2000).

O Estado, personagem estratégico, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, tem sido levado a gerir restritivamente a demanda ambiental e social, refletindo seus compromissos concretos e históricos, e suas crescentes limitações frente aos interesses do mercado e do capital financeiro internacional; entretanto, não pode abrir mão do discurso

⁸ Esse tema é também abordado por: Araújo (1998); Carvalho (2000); Baumgarten (2001); Bartholo Jr. (2001).

da proteção ambiental, da qualidade de vida e de uma ciência e tecnologia, voltadas para a resolução dos graves problemas sociais e ambientais do novo século, sob pena de perder legitimidade (Bernardo, 1996; 2001).

Impõe-se, nesse contexto, refletir sobre as possibilidades do planejamento estratégico, aqui compreendido como ação coletiva que, em um contexto de incerteza (múltiplas possibilidades) busca, a partir da análise de situações específicas, caminhos para “modelar o comportamento humano e as relações sociais”⁹ em estruturas que assegurem a dignidade humana e a sustentabilidade social e natural, de forma a não comprometer as condições de vida das gerações futuras. O planejamento, assim definido, não será uma técnica social neutra e sim orientada ética e politicamente e exercida nos moldes de uma democracia radical, assumindo a forma de inovação social, de planejamento emancipatório e assentando-se em bases relacionadas às novas formas de pensar do paradigma da complexidade (Morin, 1999; Tavares dos Santos, 2001).

O pensar estratégico remete a condições históricas específicas como, por exemplo, as condições de inserção de países periféricos e semiperiféricos na nova ordem mundial, o papel das universidades nesse processo; e as potencialidades de uma planificação emancipatória como instrumento para projetar uma adequada articulação entre produção de conhecimento e sustentabilidade. A seguir são apresentados alguns elementos para refletir sobre essa problemática.

2. C&T na periferia: competitividade ou inovação social?

O papel estratégico desempenhado pela ciência e tecnologia no contexto contemporâneo e a desigual difusão das capacitações para produzir e utilizar a ciência entre as diferentes nações recoloca, de forma ampliada, as dificuldades de inserção na economia mundial daqueles países periféricos e dependentes de conhecimento e inovação gerados nos centros dinâmicos da economia capitalista. Os países pertencentes a esse bloco são responsáveis por mais de 90% da produção científica mundial e sua população representa

⁹ A idéia, aqui, é que se pode retomar o conceito de Mannheim (1974) sobre técnicas sociais - vistas como aquelas “*práticas e operações cujo objetivo é modelar o comportamento humano e as relações sociais*” – em uma perspectiva de planificação emancipatória. Tal visão, implícita no conceito de utopia do autor, poderia servir como ponto de partida para um conceito de inovação social, no qual a técnica é tomada como um instrumento de emancipação social.

20% da humanidade. Os restantes 80% da população mundial vivem em países que participam com menos de 10% da produção de C&T (Hassam, 1999).

A incapacidade em produzir conhecimentos que possam ser incorporados como inovação¹⁰ afeta a entrada desses países nos mercados internacionais, impedindo sua participação com produtos novos ou mais competitivos. Sua competitividade passa, então, a depender de processos que comprometem as condições de vida de suas populações (baixos salários, desregulamentação do trabalho) ou que super exploram suas bases de recursos naturais.

A tendência à concentração da produção de conhecimento nos centros capitalistas do Norte (Estados Unidos, Europa e Japão, principalmente) decorre de características históricas desses países no que se refere à geração endógena de ciência e tecnologia; à existência de sólidos vínculos entre unidades produtoras de C&T, sociedade e Estado; bem como, à sua capacidade e disposição em atender às exigências crescentes de investimentos contínuos e de grande vulto.

Ao mesmo tempo, o exponencial aumento na intensidade das interações entre as coletividades científicas internacionais, facilitado pelas novas tecnologias eletrônicas e de comunicação, tem levado à formação de redes em torno das atividades de C&T. Tais redes ultrapassam os contextos institucionais de origem (universidades, institutos de pesquisa, empresas, governos) obtendo crescente autonomia (Castells, 2000).

A cooperação transnacional entre instituições de ensino e pesquisa e instituições corporativas vem assumindo grande importância, tornando-se norma nos centros desenvolvidos. Em contraste, a colaboração internacional é entorpecida nos países do sul em decorrência da baixa participação da indústria no financiamento da pesquisa e de sua preferência em importar pacotes tecnológicos prontos, o que aumenta o grau de dependência científico-tecnológico desses países (Braun, 1999).

Ao final do século XX, países da América Latina, buscando responder aos desafios colocados pelo desenvolvimento capitalista, adotam políticas de inovação que obedecem a uma lógica que se expressa nas agendas para a competitividade. Com essas surge um discurso segundo o qual, as necessidades do setor privado da economia requerem um novo

¹⁰ Apenas 2% das inovações tecnológicas são produzidas pelos países do Sul e 0,02% na América Latina (Nunes & Ferreira, 1999).

papel da investigação acadêmica e das universidades. Um papel muito mais ativo e comprometido na obtenção da competitividade empresarial. Para tanto são promovidas mudanças legais e institucionais, financeiras e organizacionais da ciência acadêmica, ao mesmo tempo em que se fixam novos critérios de destinação de recursos para a investigação e a avaliação de desempenho dos investigadores.

Como principais conseqüências dessas políticas se desenvolveu uma relação nova entre produção científica e tecnológica e um outro *ethos* acadêmico – resultado do processo de comercialização do conhecimento impulsionado pela lógica da competitividade global.

Originalmente desenvolvidas nos centros dinâmicos do capitalismo, as políticas de C&T para a competitividade transformaram, gradualmente, o papel da ciência acadêmica e das universidades na sociedade, fazendo-se acompanhar por um novo discurso sobre a função da investigação acadêmica na obtenção da competitividade econômica dos países nos mercados mundiais.

Essas políticas geram um conjunto de problemas que, nos centros capitalistas desenvolvidos já foram identificados, por diversos pesquisadores, como de difícil solução (Licha, 1997). Nos países periféricos e semi-periféricos, essas repercussões tendem a ser, ainda mais sérias. Por um lado, tais políticas trazem benefícios apenas a poucas empresas, àquelas mais dinâmicas, dotadas de capacidades próprias de pesquisa e desenvolvimento e que detêm as funções mais rentáveis. Em termos de países e de regiões ocorre o mesmo, pois a competitividade global gera mais disparidades e aprofunda a brecha entre países centrais e periféricos.

Há que considerar, também, que nos países latino-americanos o setor industrial tem sido sempre um usuário e provedor do sistema de pesquisa bastante passivo. As novas políticas, mesmo que estimulem os empresários para que atuem no processo econômico e inovativo, acabam por superestimar a resposta desses, ao mesmo tempo em que perdem de vista a importância de preservar e de desenvolver a capacidade da pesquisa científica como suporte para a capacidade inovadora. Principalmente, perdem de vista seu papel na formação de pesquisadores e na docência em geral. Da mesma forma fica obscurecido, o significado estratégico da existência de instituições acadêmicas fortes e autônomas, com capacidade criativa e crítica capaz de contribuir para a compreensão dos graves problemas sociais e dos principais desafios enfrentados pela sociedade, através daquilo que, aqui, tem sido chamado de inovação social (Licha, 1997; Guimarães, 2002, Unicamp, 2002).

A crescente importância conferida ao mercado pela perspectiva liberalizante levou à implementação de novas formas de controle das universidades, da educação e da produção científica, sintetizadas na avaliação de cunho quantitativista, na ideia da eficiência (em substituição à eficácia), no controle do desempenho (resultados), bem como, na noção de falência das estruturas públicas estatais. No Brasil, esse discurso privatista e produtivista passou a permear as instituições de pesquisa (e toda a sociedade) e infiltrou-se no próprio discurso da coletividade científica, que o incorpora com base na ideia autonomista da excelência. Com os recursos para investimento decrescentes e a adoção da ideia de competitividade, acirraram-se as lutas por recursos para pesquisa dentro de e entre universidades e, também, órgãos públicos, o que põe em risco aqueles grupos, áreas e instituições mais frágeis, mais voltados às demandas e necessidades sociais ou menos permeáveis à lógica produtivista.

A predominância das teses do menor retorno individual e social dos investimentos na educação superior, em comparação ao dos investimentos em educação básica, bem como as pressões por eficiência e competitividade, que trazem para o ensino superior a lógica do mercado, vêm transformando o modelo de universidade e colocando em questão, de forma radical, as suas possibilidades de autonomia. Como afirma Sguissardi (2004) os constrangimentos da falta de recursos e a diversificação de fontes de financiamento vêm transformando uma universidade sem (ou com pouca) autonomia, em outra na qual setores externos, estatais ou do mercado, com seus interesses e sua lógica, teriam cada vez maior poder para definir a agenda universitária, em todos os seus âmbitos (administração, ensino, pesquisa e extensão).

As políticas de redirecionamento e de expansão do ensino superior, conduzidas através de ações articuladas ao processo de reestruturação do Estado, e orientadas pela defesa de uma pretensa eficiência e racionalidade da esfera privada em contraposição à esfera pública, têm resultado, no Brasil, em um *“intenso processo de massificação e privatização da educação superior (...), caracterizado pela precarização e privatização da agenda científica, negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social.*(Dourado, 2002).

A universidade estatal pública vem enfrentando, nas últimas décadas, tanto nos países centrais, quanto na periferia e na semiperiferia mundiais, um mesmo dilema: ser pensada como bem público e atuar como tal ou como algo privado/mercantil. O modelo de universidade mundial, resultado da onda ultraliberal, que está em implantação em distintos países é o de uma “...*universidade neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial/competitiva*”(Sguissardi, 2004, p. 30).

Esse conjunto de questões sobre as transformações recentes no sistema de ensino superior e seus impactos na universidade pública, notadamente no que se refere à sua capacidade de produzir conhecimento voltados à inovação social, remete à necessidade de buscar caminhos para uma reforma democrática e emancipatória, que devolva à universidade pública a capacidade de responder aos desafios colocados pela sociedade. Isso é o que se propõe a seguir, debatendo o processo de internacionalização da universidade e as possibilidades do modelo pluriuniversitário (Santos, 2004).

Internacionalização do conhecimento e redes: o modelo pluriuniversitário

A partir do século XX, notadamente de sua segunda metade, a internacionalização das universidades encontra-se articulada ao paradigma do desenvolvimento. A mobilidade se dá na direção sul-norte - estudantes dos países periféricos para os países do centro capitalista, surgindo também acordos de cooperação institucional no sentido inverso.

Na esteira da globalização, as décadas finais do século XX caracterizaram-se pela afluência de dinâmicas integradoras de caráter regional e sub regional – União Européia e seus programas de intercâmbio acadêmico, e, na América Latina, redes como a AUGM (Associação de Universidades do Grupo Montevideo), que congrega universidades públicas do Mercosul e como a ReDeTIR (Red del Desarrollo Territorial e Integración Regional).

O impacto crescente da globalização e as características lucrativas das dinâmicas da tecnociência, se traduzem em uma maior relevância no desenvolvimento da internacionalização das instituições educativas. A internacionalização passa, cada vez mais a ser um elemento chave com o qual as instituições acadêmicas buscam responder ao impacto da globalização. Ao ganhar importância a internacionalização torna-se mais empresarial e mesclada com processos de comercialização e competitividade, inclusive no caso das universidades públicas (Guadilla, 2004).

Questões relacionadas à formação de redes na globalização hegemônica:

- Em que intensidade a perspectiva do mercado e do lucro perpassa as redes?
- A noção de propriedade intelectual, aliada ao direito de propriedade exercido pelas corporações e outras entidades que exigem segredo e que demarcam o fluxo de informação pode levar a uma restrição da distribuição geral e apropriação social do conhecimento baseado em redes? Em que grau?

Um dos maiores desafios da universidade pública atual é, portanto, promover o debate em torno da reivindicação do conceito de conhecimento como bem público, posto que as atuais estratégias de acumulação centradas no conhecimento e na informação têm incentivado o uso competitivo desses, crescendo a tendência a considerar-se o conhecimento como mercadoria, sujeito a regras do mercado e suscetível de apropriação privada.

À idéia de *“uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semi-mercadoria no quase-mercado educacional”* (Sguissardi, 2004, pp. 29, 30), cada vez mais presente no discurso e na prática oficiais das políticas públicas de educação superior, é preciso contrapor o debate em torno dos conhecimentos – ecologia de saberes, da tecnociência, da educação superior como bem público, restabelecer o confronto entre o público e o privado/mercantil, e encaminhar a idéia de reforma democrática e emancipatória da universidade pública.

Boaventura de Sousa Santos (2004) aponta a necessidade de fortalecer a legitimidade da universidade pública num contexto de globalização neoliberal da educação. Nessa perspectiva, as possibilidades inscritas na idéia de rede são centrais para uma reforma institucional da universidade pública, ampliando suas capacidades para uma globalização alternativa à hegemônica.

A proposta que o bem público da universidade passe a ser produzido em rede, *“...significa que nenhum dos nós da rede possa assegurar por si qualquer das funções em que se traduz esse bem, seja ele a produção de conhecimento, a formação graduada e pós-graduada ou a extensão. Isso implica uma revolução institucional e uma revolução nas mentalidades”* (Santos, 2004, p. 93).

Questões a considerar na construção de redes visando o modelo pluriuniversitário:

- Necessidade de programar processos de transição de mentalidade (passagem inter-geracional);
- Inclusão da idéia de solidariedade e cooperação no interior da rede;
- Integração de universidades estrangeiras nas redes nacionais, buscando formas de transnacionalização não mercantis;
- Busca de sinergias a partir das contribuições diferenciadas que os diferentes nós da rede podem proporcionar;
- Utilização conjunta de recursos, de equipamentos e a mobilidade de docentes e de estudantes no interior da rede;
- Padronização mínima de planos de cursos, de organização do ano escolar e dos sistemas de avaliação;
- Manutenção e valorização das especificidades das diferentes instituições que compõem a rede e que correspondem a suas capacidades de responder aos seus próprios contextos regionais e/ou locais;
- Princípios básicos de orientação do desenvolvimento das redes: densificar, democratizar, qualificar. Devem promover a multiconectividade entre as universidades e os centros de pesquisa e de extensão, os programas de divulgação e publicação do conhecimento.
- Busca da democratização externa: responsabilização social da universidade, criando vínculos orgânicos entre a universidade e a sociedade (fim ao isolamento);
- O modelo pluriuniversitário deve assumir a contextualização do conhecimento e a participação dos cidadãos e comunidades não só como utilizadores, mas mesmo como co-produtores de conhecimento (participação)

O relatório síntese do Seminário Mercosul, Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrido em novembro de 2003, no Brasil, contém uma série de medidas que remetem para as possibilidades da construção de um modelo pluriuniversitário na América latina.

Na área de cooperação internacional há diversos instrumentos que possibilitam a integração de redes de pesquisa do Mercosul e América Latina e a formação de redes

acadêmicas nos países onde não existam ou forem incipientes. Projetos e ações importantes como suporte para uma grande rede de universidades latino-americanas são o Observatório da Sociedade da Informação; e a Rede Clara (Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas), que objetiva a formação de um bloco de redes latino-americanas para suporte aos projetos de comunicação e colaboração em ensino e pesquisa na América Latina e no Caribe, permitindo também a conexão com a União Européia e os EUA.

Entre as propostas contidas no relatório está a de encaminhar aos responsáveis pela área de Educação do Mercosul as seguintes sugestões: um programa regional de doutorado com base na complementaridade; o reconhecimento mútuo de diplomas; a desburocratização de autorização para viagens de pesquisadores, estudante e professores para o desempenho de atividades acadêmicas e de P&D no âmbito dos países do Mercosul; buscar aumentar os recursos de cooperação internacional para ações no Mercosul (Brasil-MCT, 2003).

Em diversos países latino-americanos, há programas de cooperação internacional com base em acordos bilaterais assinados entre governos locais e fontes externas. Esse é o caso dos convênios firmados entre Brasil e países da Europa (Portugal, Espanha, França, entre outros). As agências de fomento brasileiras vêm, também, participando em organismos internacionais de desenvolvimento regional como MERCOSUL-RECYT, CYTED, PROSUL, entre outros.

Esses organismos e os convênios e editais de financiamento têm incentivado e viabilizado a formação de algumas redes. Não obstante o processo de integração das universidades latino-americanas através de redes é, ainda, bastante incipiente, o que indica que há grandes desafios a enfrentar nos caminhos da integração dos sistemas educacionais e de produção de conhecimento na América Latina.

Entre esses desafios estão: a criação de um espaço cultural comum, a circulação livre de informações, a busca de mediações entre a universidade e a sociedade, através de um debate democrático que busque contornar a desinformação social sobre C&T, a perspectiva neocolonialista sobre o conhecimento e a exclusão dos saberes alternativos.

Porto Alegre, maio de 2005

Referências

- ALBAGLI, S. (1999). Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. In: LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (Orgs.) **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, p. 290-313.
- ARAÚJO, H. (Org.) (1998). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente** (Apresentação). São Paulo: Estação Liberdade
- BARTHOLO Jr., R. S. (2001a). A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento. In: BURSZTYH, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 13-26.
- BARTHOLO Jr., R. S.; BURSZTYH, M. (2001). Prudência e utopismo: Ciência e Educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYH, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez; Brasília, UNESCO, p. 159-188.
- BAUMGARTEN, M. (2001). Globalização e ciência & tecnologia no limiar do século XXI: os anos 90 no Brasil. In: BAUMGARTEN, M. (Org.) **A era do conhecimento: Matrix ou Ágora?** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Brasília, Ed. UnB.
- BAUMGARTEN, M. (2002a). Conhecimento, planificação e sustentabilidade. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 16, n. 3, jul./set. 2002, p. 31-41.
- BAUMGARTEN, M (2003). **O Brasil na Era do Conhecimento - políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentado**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS.
- BEINSTEIN, Jorge (2001). **Capitalismo senil: a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- BENSAÏD, D. (1999). **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BERNARDO, M. (1996). Impasses sociais e políticos em torno do meio ambiente. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, UnB, v. XI, n. 1, jan./jun.
- BERNARDO, M. (2001). Políticas públicas e Sociedade Civil. In: BURSZTYH, M. (Org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 41-57.
- BRASIL/MCT. Seminário Mercosul Ciência , Tecnologia e Inovação. Rio de Janeiro: Relatório Síntese, 24, 25 de novembro, 2003 (mimeo).
- BRAUN, T. et al (1999). As grandes tendências da ciência mundial. UNESCO. In: **El Correo**, maio de 1999.
- BURSZTYH, Marcel (1995). Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, UnB, v. X, n. 1, jan./jun, p. 97-124.
- BURSZTYH, Marcel (Org.) (2001). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond.
- CARVALHO, Edgard de Assis (2000). Tecnociência e complexidade da vida. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 14, n. 3, jul./set., p. 68-77.
- CASTELLS, M. (2000). **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra.
- CHESNAIS, F. (1995). **A globalização e o curso do capitalismo de fim de século**. Campinas: Economia e Sociedade, n. 5.
- CHESNAIS, F. (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã.
- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- DOURADO, L.F. (2002). Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e Sociedade**, vol 23, n.80, p.234-252.
- ECHEVERRÍA, Javier (2003). **Introdução à Metodologia da Ciência**. Coimbra: Almedina.
- FIORI, J. C. (2003). Um novo país é possível. Entrevista. In: **Caderno de Cultura ZH**, Porto Alegre, 18/01/2003, p. 2-3.
- DUPAS, G. (2000). **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. São Paulo: UNESP, 135p.
- GUADILLA, C.G. (2004). **Complejidades de la Globalización y la Comercialización de la Educación Superior – reflexiones para el caso de América Latina**. Porto Alegre: 1ª Conferência Regional Latinoamericana del Foro UNESCO sobre Educación Superior, Investigación y Gestión, 1 a 3 de setembro, ILEA-UFRGS (mimeo).
- GUIMARÃES, R. (2001). Livro Verde e as novas instituições. In: **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 465, 31 de agosto de 2001.
- HARVEY, D. (1993). **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola.
- HASSAM, M. (1999). Disparidades Norte-Sul na produção e uso do conhecimento. In: **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 408, 19 de março de 1999.
- JAMESON, F. (1999). Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente. In WOOD; FOSTER. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 187-195.
- LANCEY, H. (2000). As sementes e o conhecimento que elas incorporam. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 14, n. 3, jul./set. 2000, p. 53-59.
- LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. (1999). Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M. M; ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. RJ: Campus.
- LICHA, Isabel (1997). Las nuevas políticas científicas para la competitividad: el caso latinoamericano. In: SUTZ, Judith (Ed.) **Innovación y desarrollo en América Latina**. p. 135-149.
- LÖWY, M. (2000). De Marx ao ecossocialismo. In: LÖWY, M.; BENSÁID, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, p. 227-238.
- LÖWY, M.; BENSÁID, D. (2000). **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã.
- MANNHEIM. K. (1974). **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva.
- MARQUES, M. B. (1991). **Ciência, tecnologia, saúde e desenvolvimento sustentado**. Série Política e Saúde, n. 11, Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- MORAES, A. (1997). **Meio ambiente e Ciências Humanas**. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC.
- MORIN, E. (1999). **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina. (edição Original: 1986)
- MOTA, Carlos Renato (2001). As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYH, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 27-40.
- NUNES, R.; FERREIRA, R. (1999). Inovações tecnológicas na América Latina. In: **Jornal da Ciência**, n. 425, 19 de novembro de 1999.
- PASSET, R. (1998). Potentialités perverses des technologies. In: **Manière de Voir, Le Monde Diplomatique**, 38, mars-avril 1998, p. 64-69.

- PONDÉ, Luiz Felipe (2000). Cultura genética: vertigem ontológica e dissolução do conceito de 'natureza'. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 14, n. 3, jul./set. 2000, p. 68-77.
- PROCÓPIO, A. (2001). Segurança humana, educação e sustentabilidade. In: BURSZTYH, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, p. 115-142.
- ROIO, Marcos Del (1999). O Estado da globalização. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, UNESPE, ano 3, n. 6, primeiro semestre, p. 143-148.
- SANTOS, B. de S. (1989). **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal.
- SANTOS, B. de S. (1998). **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. (mimeo).
- SANTOS, B. de S. (2000). **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, B. de S. (2004). **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, M. et al (Orgs.) (1994). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec.
- SGUISSARD, V. (2004). **Universidade Pública Estatal: entre o público e o privado/mercantil**. Porto Alegre: 1ª Conferência Regional Latinoamericana del Foro UNESCO sobre Educación Superior, Investigación y Gestión, 1 a 3 de setembro, ILEA-UFRGS (mimeo).
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (2001). Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e planificação emancipatória. In: **Humanas**, Porto Alegre, IFCH, v. 24, n. 1, p. 163-185.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. C. (1993). **Desajuste Global**. RJ: Paz e Terra.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. C. (Orgs.) (1998). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes.
- THERBORN, G. (2001). Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. In: **Sociologias**, Porto Alegre, UFRGS/IFCH/PPGS, v. 3, n. 6, jul./dez. 2001, p. 18-29.
- UNICAMP – FÓRUM DE REFLEXÃO UNIVERSITÁRIA.(2002) Desafios da pesquisa no Brasil – uma contribuição ao debate. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 16, n. 4, out./dez. 2002, p. 15-23.
- VILAS, C. (1999). Seis idéias falsas sobre a globalização. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 3, n. 6, primeiro semestre, p. 21-62.
- VIOTTI, E. (2001). Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentado brasileiro. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNESCO, p. 143-158.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2001). **Capitalismo Histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- WOOD, Ellen; FOSTER, John (1999). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar.
- ZATZ, M. (2000). Projeto Genoma Humano e ética. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 14, n. 3, jul./set. 2000, p. 47-52.

